

Os Estados reclamam do sigilo nos cortes

A proposta de redução do déficit público — a chamada operação desmonte — elaborada pelo Ministério do Planejamento será discutida pelos secretários estaduais de Planejamento no dia 24, em Brasília. Ignorados pelo governo durante a elaboração da proposta, os secretários estaduais só foram informados do projeto durante a realização do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda, em Brasília, no último dia 28.

"Não nos foram dados detalhes da operação", disse ontem, em Curitiba, o secretário paranaense do Planejamento, Francisco Borja Magalhães. "Mas desde aquele dia o Fórum considerou-se mobilizado e marcamos o dia 24 para uma discussão dos detalhes. Porém, pelo que sei, a operação desmonte não é exatamente essa que está anunciada na imprensa", disse Magalhães. "Parece ter sido promovida por aqueles que temem mudanças muito grandes."

O secretário paranaense preferiu não entrar em detalhes, mas afirmou que "neste país ou se tem coragem de fazer o que é preciso ou as coisas ficam complicadas demais". Segundo ele,

a sabedoria política deve prevalecer sobre a sabedoria eleitoral. "E conter gastos, ainda que possa parecer amargo, é fundamental. A bem da verdade, é até melhor que essas medidas sejam tomadas agora do que no ano que vem, quando teremos eleições presidenciais."

O presidente regional da CUT no Paraná, Roberto Cequinel, entretanto, não acredita que "o presidente Sarney tenha coragem de fazer o que é preciso, como extinguir ministérios e cortar subsídios, por exemplo".

Em Salvador, a Secretaria de Planejamento da Bahia divulgou ontem que o estado terá uma perda de verbas de pelo menos Cz\$ 50 bilhões com a operação desmonte, segundo levantamentos preliminares. O secretário Jairo Simões informou que as áreas mais atingidas serão a reforma agrária e os projetos de irrigação, que recebem recursos do Banco Mundial através, principalmente, do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Simões disse que o que considera "mais absurdo" é o fato de a operação desmonte ter sido planejada sigilosamente, sem a participação dos estados.